

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 1 2017

ARTIGO

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA AMAZÔNIDA: ENTRE SÍNTESES E PERSPECTIVAS

Diogo Menezes Costa*

RESUMO

A Arqueologia na Amazônia vem de uma longa tradição com mais de 150 anos de investigações, porém seu maior foco de estudo na região é a pré-história. Por outro lado, pesquisas pioneiras realizadas em sítios arqueológicos do período histórico da área são orientadas por preceitos cronológicos e tecnológicos, sendo sua maioria em sítios religiosos e militares. Dessa forma, o texto pretende apresentar uma perspectiva antropológica sobre os sítios históricos amazônicos, não somente como outra abordagem de pesquisa, mas também como uma necessidade frente ao enorme patrimônio arqueológico-histórico ainda encoberto na Amazônia.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica; Teoria e Metodologia; Amazônia Brasileira.

ABSTRACT

Archaeology in the Amazon comes from a long tradition with more than 150 years of investigations. However, the main focus of study in the region is the prehistory. On the other hand, the pioneer researches in archaeological sites from the historic period in the area are oriented by chronologic and technologic perspectives, and in religious and military sites. In this way, this text intend to show an anthropological perspective to Amazonian historic sites, not only as another approach of research, but also as a need for facing the enormous and still covered archeological-historical heritage in the Amazon.

Keywords: Historical Archaeology; Theory and Methodology; Brazilian Amazon.

* Programa de Pós-Graduação em Antropologia / Universidade Federal do Pará – Brasil PPGA/UFPA, Endereço: Campus Guamá, Rua Augusto Corrêa, 01. CEP: 66075-110. Belém, PA – Brasil, Email: dmcosta@ufpa.br.

INTRODUÇÃO¹

Arqueologia Histórica na Amazônia é um produto do seu tempo, mas, apesar disso, tem-se constituído muito mais por certas consequências externas do que em uma causa interna. O processo histórico de sua formação na região, por sua vez, é resultado de uma grande necessidade de preservação patrimonial contemporânea que vem sendo atendida em detrimento de poucas intenções de pesquisas com mais longa duração². Isso gera fenômenos como o crescimento acelerado da Arqueologia Histórica na Amazônia nos últimos anos, ao mesmo tempo que ocorre uma restrição da sua prática somente a certos locais e períodos e uma perpetuação das mesmas temáticas abordadas sem uma reflexão hermenêutica. Por outro lado, uma visão antropológica sobre o fazer arqueológico em sítios do período histórico na Amazônia incorre também em uma mudança de prioridades. Aqui certos paradigmas perseguidos e referenciais teóricos e metodológicos colocados como pressupostos do fazer arqueológico na região são então questionados. Por outro lado, novas perspectivas de pesquisa são também apresentadas através do trabalho de síntese que se desenha a partir dessa discussão.

O presente artigo é uma revisão bibliográfica com a apresentação de alguns dados sobre a Arqueologia Histórica na Amazônia. Através de uma perspectiva sobre os eventos oficiais da história local e uma síntese das primeiras pesquisas em Arqueologia na região, pretende-se caracterizar as atuais práticas, e propor alternativas para o fazer arqueológico-histórico na Amazônia. O texto é composto por três partes: na primeira, são apresentados alguns acontecimentos do período documentado na Amazônia de forma sintética, tal como espera-se em um texto de revisão — nessa etapa, a proposta do artigo é elencar, de forma panorâmica, alguns diversos feitos expostos na história oficial que podem servir de subsídio para novas perspectivas arqueológicas de investigações; na segunda, é realizada uma síntese histórica da Arqueologia na Amazônia, com ênfase nas pesquisas já executadas em sítios históricos — nesse trecho, relata-se de forma rápida e concisa os diversos estudos realizados por diferentes pesquisadores, e foca nas transformações históricas porque passou esta prática na região; por fim, na sua terceira e última parte, o texto encerra-se com a proposta de um novo olhar sobre os sítios arqueológicos do período histórico na Amazônia, onde o múltiplo passado da região sirva de base não somente para uma variedade de investigações, mas também para uma pluralidade de interpretações. O intuito dessa perspectiva de pesquisa que aqui chamamos de antropológica³ é revelar as vozes esquecidas nos documentos oficiais de distintos segmentos sociais, étnicos, de gênero e de geração através de sua materialidade cultural, a qual foi recuperada em estudos sobre os seus remanescentes temporais e espaciais ou os vestígios arqueológicos.

PERSPECTIVAS ARQUEOLÓGICAS NA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA

O período de interesse histórico-arqueológico na Amazônia começa com o aparecimento do registro material não ameríndio no território e segue até os dias de hoje. Intenciona-se aqui fazer uma pequena revisão com base na historiografia oficial sobre a Amazônia em que se empregue um olhar arqueológico. Pretende-se, com isso, demonstrar um amplo campo de pesquisa, mas ainda pouco explorado da Arqueologia

¹ Amazônida: substantivo de igual gênero para pessoas nascidas ou que vivem na Amazônia (ALUETE, 2017).

² Não é o caso aqui de questionar se uma Arqueologia Preventiva possui ou não cientificidade na escolha de seu objeto de pesquisa, mas sim o tempo necessário para que este estudo ocorra (CALDARELLI, 2015).

³ O uso do termo não é para incitar uma falsa dicotomia entre uma abordagem mais antropológica ou histórica na Arqueologia, mas apontar os limites e possibilidades de cada uma delas (SYMANSKI, 2014).

Histórica na região, com base nos contatos ocorridos entre indígenas, europeus e africanos e seu legado material na Amazônia.

As primeiras incursões de europeus no território amazônico começam já no final do século XV⁴ e seguem durante o século XVI⁵. Os primeiros exploradores — em sua maioria, espanhóis — seguiam o curso dos grandes rios como o Orinoco, Solimões e o Amazonas. Seu objetivo era encontrar rotas alternativas para as minas de Potosí na Bolívia, o país da canela ou mesmo a mítica El-Dorado ou Manoa, não tendo o interesse direto na fixação ou demarcação do território. Portanto, não é de se esperar que muitos registros materiais desses deslocamentos tenham perdurado, pois os poucos desembarques realizados foram somente para aprisionamento de indígenas e alimentos, acampamentos temporários, ou mesmo para enterrar os mortos por combate, fome, doença ou motins. Durante o final do século XVI e início do século XVII, entretanto, os interesses de outros europeus começam a aumentar sobre o território amazônico, com o início de várias incursões ao interior a partir de viagens costeiras⁶. Ingleses e holandeses vão estabelecer um comércio com os indígenas na foz do Amazonas, e, dentre as trocas realizadas entre os artigos manufaturados por produtos nativos, é factível que se encontrem ainda a presença de vestígios europeus em ocupações pré-coloniais. A segunda fase desse contato é a instalação de feitorias, onde alguns europeus residiam em verdadeiros depósitos de trocas constituídos por barracões de madeira com teto de palha e alguma guarnição no entorno⁷. No entanto, algumas dessas feitorias recebiam fortificações, e destas, além das localizações, também se tem indício das datas de sua fundação⁸. Esses fortes, além de suas construções massivas, também vão receber plantações no entorno, alguns engenhos e provavelmente povoações. É importante notar que, além das modificações na paisagem agrocêntrica ocasionadas pela instalação destes primeiros núcleos, também a ancoragem dos barcos em seus portos gerava um registro material que pode ter sido perpetuado. (BARBOZA & FERREIRA, 1998; MARIN, 2004; FILHO et al., 2005; REZENDE, 2006; BENTES, 2007; AMORAS & AMORAS, 2011; HULSMAN, 2011; GRUZINSKI, 2014; BARRETO, 2016).

Os interesses portugueses sobre a Amazônia começam a mudar após a união ibérica das coroas entre 1580 e 1640, quando, em resposta às incursões de ingleses, holandeses e franceses, os portugueses fundam o Forte Presépio de Santa Maria de Belém, em 1616⁹, e depois o forte São José do Rio Negro em 1669. Inicialmente feitas de madeira, essas primeiras fortificações eram construções rápidas que, com o passar do tempo, foram sendo melhoradas com o uso da taipa, em meados do século XVIII, e

⁴ Apesar de controvérsias, o relato do português Duarte Pacheco Pereira sobre a sua navegação entre o litoral do Maranhão e o Pará, no final de 1498, não pode ser ignorado (AZEVEDO, 1892).

⁵ Como as viagens exploratórias dos espanhóis Vicente Pinzón e Diego de Leppe em 1500, Alonso Mercadillo, em 1538, Gonçalo Pizarro e Francisco Orellana, em 1541, e Pedro de Úrsua e Lope de Aguirre em 1560 (GADELHA, 2002; BENTES, 2007).

⁶ Como as viagens dos ingleses Dudley, em 1594, e Raleigh, em 1595, e depois as primeiras expedições ao estuário, em 1597, por ingleses e, em 1598, por holandeses (HULSMAN, 2011).

⁷ Os ingleses, em 1611, firmam as feitorias Tilletille e Uarimiuaca no rio Cajary; já os holandeses fundam duas feitorias fortificadas no rio Xingu, a Orange, em 1599, e a Nassau, em 1600, assim como outras próximas a onde hoje são as cidades de Monte Alegre e Óbidos (GUZMÁN & HULSMAN, 2016).

⁸ O forte inglês do Torrego entre os rios Maracapu e o Amazonas, em 1625, o Phillippe entre os rios Matapy e Ananirapucu, em 1629, e o forte de Cumaú na foz do rio Amazonas perto de onde hoje é a cidade de Macapá em 1631. Já os holandeses fundam um forte em Gurupá chamado Mariocay, em 1610, o Mandiutuba entre os rios Gorupatuba e Jenipapo, em 1616, e outro entre os rios Maiacaré e Cacioporé em 1646 (BARRETO, 2016).

⁹ Inicialmente construído com cestões de terra e paliçadas de madeira em 1616, de 1621 a 1626, é reconstruído com taipa de pilão e adquire a forma quadrada que tem hoje. Já a partir de 1721, é novamente reformado para funcionar como hospital de 1753 a 1768, e só em 1858 são construídos: fosso, muralhas, porão e quartéis (DIAS, 2010).

depois da alvenaria em meados do século XIX. Essas e outras fortificações¹⁰ tinham por objetivo tanto o controle do tráfico náutico nos rios amazônicos, como nas batalhas fluviais no rio Paru e Tapajós como também marcar a presença portuguesa no território e conseqüentemente sua ocupação, com a destruição das ocupações “estrangeiras” ou contra as revoltas indígenas como a dos Tupinambás de 1617 a 1621. Durante o século XVII, outras investidas portuguesas também foram realizadas no sentido de consolidar o conhecimento sobre o território, como as viagens exploratórias de Pedro Teixeira, em 1637, e Rapozo Tavares em 1651. Na passagem dessas expedições, eram construídas feitorias e postos de troca por especiarias ou abastecimento de alimentos, muitas vezes localizadas próximas ou em aldeias indígenas. Essas feitorias vão servir também às ordens religiosas e às entradas e bandeiras que iniciam a catequização e o preamento dos indígenas. Destes locais, podemos esperar encontrar uma diversidade de vestígios referentes aos contatos entre esses grupos, mas pouca visibilidade devido à perenidade das instalações e a sazonalidade das práticas. Na Amazônia desse período, os indígenas tornaram-se o principal recurso a ser cobiçado, obedecendo, muitas vezes, a uma dupla jornada de exploração: na missão e na colônia (BARBOZA & FERREIRA, 1998; MARIN, 2004; FILHO et al., 2005; REZENDE, 2006; MATTOS, 2011; COELHO, 2014).

As missões religiosas, por sua vez, foram também um dos principais fatores de fixação da força colonial ibérica no interior da floresta. Formada por diversas ordens entre Franciscanos, Carmelitas, Mercedários, e Jesuítas¹¹, as missões exerciam uma dupla função: o aprisionamento dos índios e a exploração das drogas do sertão. Sendo o principal ponto de presença indígena no período, as missões tiveram um papel fundamental na ocupação do território e também na desestruturação das sociedades nativas através de seus aldeamentos, da complacência com as guerras, da imposição do trabalho forçado e da disseminação das epidemias. Com controle absoluto dos religiosos nas missões, onde a morada de outros brancos e mestiços era proibida, sua instalação ocorria sempre em aldeias já catequizadas e suas construções incluíam desde colégios, hospitais e igrejas até moradas para os padres e indígenas. Essas missões possuíam também locais de depósito para as drogas do sertão e produtos cultivados¹², os quais também serviam de pagamento aos próprios indígenas, assim como fazendas, portos, salinas e olarias. Esses aldeamentos seguiam um planejamento europeu, com ruas retas e espaçamento entre as construções, sendo também responsáveis pela introdução de novas plantas na Amazônia como laranjeiras e bananeiras. Além de ser a origem de vários municípios na Amazônia, como: Cameté, Santarém, Vigia, Monte Alegre, Bragança, Óbidos e Salinas, entre outros. Entretanto, no século XVIII, a principal mudança ocorre em 1755, quando é promulgado o Diretório dos Índios que trocava a catequese pela civilidade, substituía o Nheengatu¹³ pelo Português e

¹⁰ Como os fortes de Santo Antônio e São José de Macapá de 1684, Santarém do Tapajós, 1697, Santo Antonio de Pauxis, 1698, São Gabriel da Cachoeira, de 1761, São José de Marabitanas, de 1763, São Joaquim do Rio Branco, de 1775, e Real Príncipe da Beira terminado em 1785 (COSTA, 2014).

¹¹ Entre as primeiras ordens a chegar à Amazônia temos os Franciscanos que já acompanhavam as naus portuguesas quando fundaram Belém em 1616, após chegaram os Carmelitas, em 1624, para exploração dos engenhos de açúcar, seguidos pelos Mercedários, em 1639, com a criação de gado, e finalmente os Jesuítas, em 1653, com a ocupação da calha sul do Amazonas (CARDOZO, 2008; MOTT, 2009; PORRO, 2011; JÚNIOR, 2013).

¹² As missões na Amazônia comercializavam principalmente cacau, cravo, baunilha, e canela mas também plantavam mandioca, açúcar, tabaco e algodão, e criavam gado (COSTA & ARENZ, 2015).

¹³ Língua geral amazônica usada na catequização dos indígenas (COSTA & ARENZ, 2015).

transformava os índios em colonos e as aldeias em vilas¹⁴. No mesmo ano, também é criada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, responsável pelo tráfico de africanos escravizados para a região. O século XVIII conta com mais de 16 missões religiosas instaladas até 1750, 8 fortificações militares na primeira metade do século, mais 7 nos limites da floresta na segunda metade do século, e mais de 36 vilas e povoamentos durante o período, definindo assim a ocupação e a delimitação portuguesa na região (FIGUEIREDO, 1974; GADELHA, 2002; CHAMBOULEYRON, 2003; FILHO et al., 2005; REZENDE, 2006; MELLO, 2009; ARENZ, 2010; GRUZINSKI, 2014).

É também durante o século XVIII que vamos ter a consolidação e expansão dos principais centros urbanos como Belém, Santarém, Manaus e Macapá, todos nascidos no esquema de proteção do território pela coroa. Esses centros urbanos, aos poucos, vão tornar-se peças importantes na ocupação do território e na organização da vida cotidiana da sociedade amazônica¹⁵. Belém, nascida do Forte Presépio sobre uma aldeia Xucuru, teve seu primeiro povoamento do entorno chamado de Feliz Lusitânia em 1616; durante a primeira metade do século XVII pouco cresceu, além de algumas ruas que ligavam principalmente os fortes às igrejas. Santarém originou-se da missão jesuítica fundada em 1661 sobre uma aldeia Tapajós, na confluência do rio de mesmo nome com o Amazonas, mas só em 1697 é construída uma fortaleza. Manaus, similarmente a Belém, também nasce às margens do Forte da Barra de São José do rio Negro sobre terras dos Manaós e Barés em 1669; esse posto avançado vai controlar, durante séculos, a circulação dos rios Negro, Solimões e Amazonas. Macapá, primeiramente chamada de *Adelentado de Nueva Andaluzia* por Francisco de Orellana, acaba sendo ocupada por portugueses em 1738, sendo que a vila de 1752 só se desenvolve após a conclusão da fortaleza em 1782. Na segunda metade do século XVIII, é consolidada a mão de obra escrava africana na Amazônia. Os africanos, principalmente aqueles trazidos de Guiné e Mina, exercem o trabalho antes relegado aos indígenas nos engenhos de açúcar, nas fazendas de gado e nas cidades da província. Porém, não é só da tentativa de uma monocultura agropastoril de exportação que a sociedade amazônica colonial vive, mas também das lavouras de café, tabaco e cacau, além de plantações de anil e algodão. Essa interiorização do território acontece de forma tímida e muito ainda ligada aos núcleos populacionais iniciais. É também no final do século XVIII que a visão das colônias fronteiriças com a Amazônia portuguesa começa a mudar, já incorporando um discurso de unidade territorial que servirá depois como baluarte na emancipação e criação dos Estados Nacionais (FILHO et al., 2005; CHAMBOULEYRON, 2006; REZENDE, 2006; COSTA & SUDÉRIO, 2009; CHAMBOULEYRON & BOMBARDI, 2011).

O século XIX na região, por sua vez, é marcado pela entrada do interesse do Estado Brasileiro na Amazônia; primeiro através das viagens dos naturalistas que, a convite do império, cortam a região de 1812 a 1888; depois, pela instalação das companhias de navegação a vapor, a partir de 1840, e as estradas de ferro, em 1870, que encurtam distâncias pela floresta. Tudo isso é motivado pelo trabalho nos seringais que, tendo início nas regiões de Breves, Anajás, Melgaço e Gurupá, em 1870, expande-se para os rios Xingu e Tapajós, e depois para o Solimões, Madeira, Purus e Juruá. Na falta de mão de obra indígena e africana escrava, são importados trabalhadores do Nordeste;

¹⁴ Essa manobra pombalina teve mais efeito político que prático, pois a desestruturação econômica já vinha ocorrendo através da expulsão das ordens religiosas na região (MONTEIRO, 2010).

¹⁵ Outros núcleos foram também: Bragança, em 1622; Cameté, em 1633; Gurupá, em 1639; e Salinas em 1656 (TAVARES, 2008).

esse contingente populacional e de capital vai impactar principalmente Belém nesse primeiro período, seguida por Manaus no final do século¹⁶. Por entre as estradas de seringa no interior da floresta, esses trabalhadores vão construir pequenas cabanas ou *taipiris* onde residiam de quatro a cinco seringueiros, enquanto próximo ao rio ficava o patrão no seu barracão de comércio junto ao *centro* onde residiam, nas *colocações*, outros trabalhadores como o toqueiro, aviador, comboeiro, gerente e jagunços. A materialidade dos seringalistas nesses pequenos núcleos urbanos contrastava ao mesmo tempo em que emulava a ostentação dos grandes centros, pois os seringueiros tinham nos seus poucos potentados, como a faca de seringa, as tigelas de barro para coleta do leite e a poronga usada na cabeça para iluminar o caminho, uma herança da dívida do sistema de aviamento¹⁷. Durante o século XIX, outros acontecimentos históricos vão marcar a Amazônia como a principal rebelião popular do período, ou a revolta da Cabanagem de 1835 a 1840, com o saldo de mais de 30 mil mortos em lutas armadas tanto nas cidades como no interior. Independente de seus motivos políticos, idealistas, ou revolucionários, o levante ainda possui sua materialidade na região, como, por exemplo, nas moedas remarcadas¹⁸ para pagamentos atrasados dos soldos pelo governo cabano e que fazem parte de inúmeras coleções particulares. O final do século XIX também marca a chegada de imigrantes estrangeiros sendo mais de 25 mil em Belém e 40 mil em Manaus, assim como o bonde, em 1871, e o telégrafo, em 1886, tudo devido à *Belle Époque* tropical provocada com a explosão dos seringais até o início do século XX. (FIGUEIREDO, 1974; GADELHA, 2002; FILHO et al., 2005; REZENDE, 2006; RICCI, 2006; SILVA & SILVA, 2007; TAVARES, 2008; COSTA & SUDÉRIO, 2009).

Já no século XX, encontramos, na região, diversas marcas deixadas por tentativas de integração da Amazônia no contexto nacional e internacional. A exploração da borracha que, do final do século XIX ao início do século XX, foi responsável por grandes alterações populacionais e transformações significativas no território, diminuem nesse período. No entanto, marcas são deixadas, como a experiência de Forlandia¹⁹ quando, nas tentativas de superar uma disputa econômica, uma crise ecológica e diferenças culturais, nunca conseguiu retomar o protagonismo de produção da borracha para a Amazônia. Outra façanha semelhante foi o Projeto Jari²⁰, onde, em uma área particular quase do tamanho do estado de Sergipe, foram implantadas uma fábrica de celulose e uma usina termoeletrica, ambas de tecnologia finlandesa e transportadas integralmente do Japão. A Amazônia do período também sofre conflitos políticos: com a França, em 1900, pelo Amapá; com a Inglaterra, em 1904, por Roraima; com a Colômbia, em 1907, pelo norte do Amazonas; e, na Revolução Acreana, em 1899 a 1903, com a Bolívia pelo hoje estado do Acre. Na primeira metade do século XX, a Amazônia participa das grandes polêmicas do cenário nacional como os levantes tenentistas de Manaus e Óbidos e a batalha naval de Itacotiara²¹. Da mesma forma, o

¹⁶ Aproximadamente 500.000 nordestinos migraram para a Amazônia desde este período até a década de 1970 (SILVA & SILVA, 2007).

¹⁷ Aviamento é um sistema de venda a crédito de bens por produtos a serem entregues, nesse caso a borracha (CARDOSO & MÜLLER, 2008).

¹⁸ Moedas de cobre do período colonial e imperial que foram contramarcadas com um quarto de valor para serem utilizadas na província (MARTINS, 2012).

¹⁹ Cidade industrial construída as margens do rio Tapajós pelo empresário norte-americano Henry Ford entre 1927 e 1945 para produção de borracha (SENA, 2008).

²⁰ Idealizado pelo empresário norte-americano Daniel Ludwig, o projeto teve início em 1967, mas só em 2000 tornou-se economicamente sustentável (CAMARGO, 2015).

²¹ Ocorrida em 24 de agosto de 1932, entre as embarcações dos legalistas Beapendy e Ingá e dos revoltosos Andirá e Jaguaribe, com o afundamento destes dois em frente à cidade de Itacotiara no rio Amazonas (OLIVEIRA, 2012).

apoio aéreo militar na Segunda Guerra Mundial, como a base aérea norte-americana no Amapá ou os navios brasileiros afundados na costa do Pará²², também insere a Amazônia no contexto geopolítico internacional. Já os projetos dos governos militares das décadas de 1960 e 1970 investem em infraestrutura rodoviária e a criação de polos industriais, desviando o eixo de crescimento das cidades amazônicas dos rios para as estradas, gerando também a Guerrilha do Araguaia, que cria um dos principais palcos de resistência à ditadura no país, mas que depois tem muito da sua reminiscência física eliminada. Essas materialidades do conflito acabam por ficar registradas não somente no delineamento do espaço territorial ou na memória militar da região, mas também em despojos afundados ou edificações e equipamentos abandonados na floresta (REZENDE, 2006; FONSECA, 2007; SENA, 2008; COSTA, 2009; FARIAS, 2011; PEIXOTO, 2011; TAVARES, 2011; FILHO, 2014; CAMARGO, 2015).

No final do século XX e início do XXI, o conflito entre a exploração dos recursos naturais e a preservação ambiental e patrimonial toma conta dos discursos; seja pela exploração mineral, abertura de pastagens, extração de madeira ou construção de hidrelétricas e gasodutos, o impacto desenvolvimentista é uma realidade cotidiana na Amazônia. Porém, não é só o meio ambiente que se torna refém dos grandes projetos que têm apoio governamental, mas também toda a materialidade de uma sociedade que, durante séculos, foi constituindo-se culturalmente amazônica. Sociedade essa que precisa ter seu passado histórico investigado, e, no que diz respeito aos grupos subalternos e subordinados, a revelação e valorização de sua cultura material. Esse panorama histórico é necessário para demonstrar as peculiaridades e potencialidades de se fazer uma Arqueologia Histórica na Amazônia, sendo ela permeada de eventos que podem ser estudados por diversas perspectivas de um passado recente — porém denso — como: a Arqueologia de Contato, Arqueologia da Escravidão, Arqueologia do Capitalismo, Arqueologia do Conflito, Arqueologia Industrial, Arqueologia Urbana, Arqueologia Ambiental e principalmente uma Arqueologia Histórica Amazônica.

SÍNTESE HISTÓRICA DA ARQUEOLOGIA NA AMAZÔNIA

A Arqueologia na Amazônia não é também um acontecimento recente, pois as pesquisas arqueológicas na região remontam o final do século XIX e seguem até os dias atuais. Vários pesquisadores dedicaram uma vida acadêmica inteira à região, contribuindo para a composição de acervos, estudo de coleções, sistematização de pesquisas, proposição de métodos e teorias e preservação do patrimônio. O segmento a seguir é uma breve retrospectiva dessas ações, onde, através de uma síntese, propõem demonstrar como a arqueologia na Amazônia vem sendo praticada há mais de um século e meio. Em sequência, serão apresentadas as principais investigações em Arqueologia Histórica na Amazônia, com o destaque para alguns trabalhos. Para este estudo foram privilegiadas as publicações em forma de artigos e trabalhos apresentados em eventos, com algumas citações de dissertações e teses, e, quando possível, alguns projetos e relatórios de pesquisa. Um tratamento mais do que descritivo como se apresenta aqui seria impossível no corpo deste texto. Num terceiro momento, é feita uma breve reflexão sobre o período e locais dos sítios estudados, suas temáticas de estudo e resultados alcançados.

A primeira fase na Arqueologia na Amazônia pode ser compreendida entre os anos de 1860 a 1960. Começa com as primeiras expedições na região amazônica para coleta

²² Como os navios cargueiros Osório e Lajes próximos a costa do Marajó e o navio mercante Pelotaslóide em frente à ilha do Algodal, assim como os submarinos alemães U-590 e U-662 em frente ao litoral do Amapá (CARVALHO, 1998-2016).

de material arqueológico para museus estrangeiros, como os de Francisco Castro, em 1860, com as urnas Pacoval e Maracá, ou com os ideários de uma arqueologia colonialista propagado por Landislau Netto e Barbosa Rodrigues, em 1870, sobre a ascendência asiática, fenícia ou escandinava dos achados na região. Essas primeiras pesquisas científicas na Amazônia iniciam-se também com a criação, por Domingos Penna, da Sociedade Filomática, em 1866, que depois vai tornar-se o Museu Paraense, e seguem com Emílio Goeldi e Aureliano Guedes, em 1894, e nas expedições no Amapá e Xingú. Essa primeira fase de pesquisas da Arqueologia na Amazônia tinha por interesse o valor estético dos vestígios, e o seu objetivo era obter coleções para compor acervos de instituições como o próprio Museu Paraense e o Museu Nacional. Todavia, entre essas inúmeras pesquisas conduzidas com interesses colecionistas, havia também pesquisas com interesses classificatórios; como as de Curt Nimuendajú, que, em 1920, realizou várias coletas etnográficas de material arqueológico do rio Tapajós ao rio Madeira, estabelecendo, pela primeira vez, uma correlação interdisciplinar entre arqueologia e antropologia na região. (CUNHA, 1989; BARRETO, 1992; AMOROSO, 2001; ROSA, 2008; FERREIRA, 2009; SANJAD & SILVA, 2009; SANJAD, 2011).

A segunda fase da Arqueologia na Amazônia pode ser definida entre os anos de 1960 a 1980, também conhecida como a fase PRONAPA e PRONAPABA, ou seja, uma série de pesquisas do Museu Paraense Emílio Goeldi em parceria com o Smithsonian Institution, que visava o mapeamento dos sítios arqueológicos pré-coloniais na região. Com uma orientação histórico-culturalista, esse novo tipo de Arqueologia mais evolucionista e difusionista vai ser corrente na Amazônia do período. Os introdutores dessas mudanças vão ser os arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans com suas pesquisas no Marajó, em 1948, e Peter Hilbert, no médio e alto Amazonas, em 1950, com o estabelecimento de tipologias e seriações para análise da cerâmica principalmente. Outro expoente desse período foi Mário Simões, que, além de coordenar os programas, também criou e chefiou a divisão de Arqueologia do MPEG. Entretanto, durante esse período, algumas pesquisas na região não vão seguir o modelo da Cultura da Floresta Tropical construído por esses pesquisadores a partir dos preceitos do determinismo ecológico norte-americano. Entre essas pesquisas, podemos citar o modelo de dispersão Tupi e Guarani proposto por José P. Brochado com base em dados etnográficos, e as pesquisas de Anna C. Roosevelt, no Marajó e em Monte Alegre, no Pará, que vão levar em conta também os dados etno-históricos sobre a região (SIMÕES, 1981; BARRETO, 1992; OLIVEIRA & FURTADO, 1995; NEVES, 2000; SCHAAN, 2006; SCHAAN, 2007; ROSA, 2008; HILBERT, 2009; MACHADO, 2009).

Por fim, uma terceira fase na Arqueologia na Amazônia pode ser definida desde a década de 1980, com uma pluralidade marcante tanto teórica e metodológica quanto devido à realidade da Arqueologia Preventiva e com a abertura de novos tópicos de pesquisa, como a Arqueologia Histórica, por Fernando Marques, e que será vista em detalhe mais adiante. Na década de 1990, as temáticas crescem, como a arte rupestre, com Edite Pereira, pesquisas na Serra dos Carajás, por Carlos Magalhães, na Ilha do Marajó, por Denise Schaan, e na Amazônia Central, por Eduardo Góes Neves, Michael Heckenberger e James Petersen. Em 2000, os sambaquis são estudados por Maura Silveira, assim como a temática pública na Arqueologia, com Márcia Bezerra, pesquisas em Etnoarqueologia, com Fabíola Silva, Bioarqueologista, com Sheila Souza, e Arqueologia Subaquática, com Gilson Rambeli (PEREIRA, 2009; PEREIRA & GUAPINDAIA, 2010; SCHAAN & MARTINS, 2010; ÂNGELO, 2013).

A Arqueologia na Amazônia, por sua vez, vem se transformando; ao longo destas últimas décadas, seu crescimento é cada vez mais forte não só na pesquisa, mas também no ensino, como mostra a criação de cursos de graduação e pós-graduação na área,

como: na Universidade Federal de Rondônia, na Universidade Estadual do Amazonas, Universidade Estadual do Amapá, Universidade Federal do Oeste do Pará e na Universidade Federal do Pará. Essa realidade da Arqueologia na Amazônia, além de conduzir mudanças, também provoca uma demanda que instiga e necessita de novas linhas de investigação arqueológica na região. Uma delas em franco crescimento nas últimas décadas, não só na Amazônia mas também no Brasil é a Arqueologia Histórica (COSTA, 2010; COSTA, 2013).

As primeiras pesquisas sistemáticas em Arqueologia Histórica na Amazônia começam na década de 1980, com um curso ministrado pela professora Margarida Andreatta da USP no Museu Paraense Emílio Goeldi. A partir desse treinamento, vários trabalhos na área começam a ser realizados, como o de Fernando Marques, Edithe Pereira e Vera Guapindaia, na Chácara “Meu Sossego”, em Soure no Marajó, em 1985; Fernando Marques e Antônio Neto, na Missão Religiosa de Joanes, também no Marajó, em 1986; Marcos Albuquerque e Velda Lucena, no Forte de Óbidos, em 1987; Scott Anderson e Fernando Marques, nos Engenhos movidos a maré, em Igarapé-Mirim e Barcarena, em 1988; Maura Silveira e Vera Guapindaia, em um sítio do século XIX, em Soure no Marajó, em 1988; Marcos Magalhães, no Forte São José do Macapá, em 1988; e Klaus Hilbert, na Fortaleza de São Pedro Nolasco, Belém, em 1989.

Nos anos seguintes, as pesquisas prosseguem com Arno Kern no Largo do Carmo, em Belém, em 1996; Fernando Marques, no Projeto Feliz Lusitânia, em 1997; Paulo Lopes, na Missão de Joanes, em 1999; Fernando Marques, no Projeto da Alça Rodoviária de Belém, em 2000; Marcus Corrêa, no Mercado Municipal de Manaus, em 2001; Francisco Silva, no Forte Santo Antônio de Gurupá, em 2002; Marcos Albuquerque, no Forte São José do Macapá, em 2002; Paulo Zanettini, no Forte São José do Rio Negro, em 2002; Marcus Corrêa, na Catedral Metropolitana de Manaus, em 2002; Marcos Albuquerque, na Vila de Mazagão, em 2004; Lilyan Ramos, na Vila de Monsarás, em 2005; Fernando Marques, nos Sítios Históricos do Alto Rio Madeira, em 2005; Fernando Marques e Denise Schaan, no Sítio Histórico de Joanes, em 2006; e Fernando Marques e Márcia Bezerra, no Sítio Histórico de Joanes, em 2008; entre outros.

Um dos sítios históricos com mais pesquisas arqueológico-históricas realizadas até então é a Missão de Joanes no Marajó, erguida em meados do século XVII por missionários franciscanos ou jesuítas sobre um antigo assentamento indígena. As pesquisas começaram a ser realizadas em 1986, em razão de um projeto de Arqueologia de Salvamento para a área, depois seguiram de forma acadêmica com a plotagem das estruturas e coleta de material em 1999, ações de Arqueologia Pública de 2006 a 2008 e dissertações de mestrado e estudos sobre colecionismo e turismo após 2012 (LOPES, 1999b; LOPES, 1999a; BEZERRA, 2011). Outra pesquisa arqueológica que vêm sendo realizada, há longo tempo, em sítios históricos da região é a investigação sobre os Engenhos de Maré no estuário amazônico. Iniciada em 1988, a pesquisa centrou-se primeiramente sobre a tecnologia usada nas moedas de açúcar movidas a maré, mas depois, através de pesquisas de Arqueologia Preventiva em razão da construção da alça viária de Belém, novos sítios foram descobertos. Ao todo são identificados mais de 40 sítios nos rios Anapú, Acará, Moju, e Guamá, sendo que entre esses já foram pesquisados os engenhos do Murutucu, Macajuba, Jaguari e Uriboça (ANDERSON & MARQUES, 1992; MARQUES, 1993; MARQUES, 2004).

Mais um estudo de longa duração em Arqueologia Histórica na Amazônia foi o projeto Feliz Lusitânia sobre o centro histórico da cidade de Belém. Formado inicialmente em 1616 no entorno do então Forte Presépio, a área começou a ser palco de reformas urbanas de 1997 a 2002. As escavações foram realizadas em diversas

unidades como o próprio Forte Presépio, o Palácio Episcopal, a Casa das Onze Janelas — onde foram encontrados mais de 100.000 artefatos, estruturas até então desconhecidas da documentação oficial — e um assentamento indígena anterior à ocupação portuguesa no local (COELHO & MARQUES, 2011; LOPES, 2011; MARQUES & MALHEIRO, s/d). O centro histórico de Belém também vem sendo explorado em outras pesquisas, como sobre a arquitetura do prédio do colégio e igreja dos jesuítas e a paisagem colonial; há também estudos sobre a relação do público com o sítio da igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos, e pesquisas na Estação das Docas, Casarão do IHGP, Casa Rosada e Cemitério da Soledade no centro de Belém; na região do Rio Capim, é ainda investigada a relação do patrimônio arqueológico e comunidades quilombolas; já em Santarém, pesquisas sobre trocas culturais foram conduzidas desde 2006 no sítio urbano Aldeia. Há ainda algumas pesquisas iniciais na Fortaleza de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Monte Alegre dos Tapajós (MORAES, 2012; SYMANSKI & GOMES, 2012; LOPES, 2013).

Outros trabalhos isolados de Arqueologia Histórica também foram realizados na Amazônia, como a restauração do Forte de Óbidos promovida pelo IPHAN em 1987. A pesquisa tinha como objetivo investigar a continuidade arquitetônica entre o Forte de Paxis construído no lugar, no século XVI, e o de Óbidos no século XIX. A pesquisa, por sua vez, identificou diversas alterações nas funções das estruturas, e revelou o cotidiano alimentar e lúdico da vida militar (LUCENA, 1993; ALBUQUERQUE & LUCENA, 2010). Recentemente vem sendo também desenvolvidas pesquisas iniciais no Forte de Santo Antonio do Gurupá. Outro forte a ser pesquisado na região amazônica foi também a Fortaleza de São José do Macapá, construída de 1764 a 1782 e alvo de duas equipes de pesquisa: uma em 1987 e outra em 2002. Em 1987, as pesquisas tiveram como maior preocupação investigar o espaço interno; já em 2002, o externo. O segundo estudo também encontrou evidências das técnicas construtivas e dos caminhos circundantes a fortaleza (MAGALHÃES, 2006; ALBUQUERQUE, 2008).

Outros tipos de pesquisa também foram conduzidas no Amapá, como na vila de Mazagão Velho, fundada em 1770 e ocupada até 1783, quando 483 famílias de açorianos foram transferidas da África para a Amazônia, em função da guerra entre mouros e cristãos no Marrocos. A pesquisa em Mazagão Velho escavou uma igreja e outras unidades habitacionais na área, procurando identificar o traçado original da vila, as técnicas construtivas e o material utilizado (SOUZA & ANDRADE, 2005; ALBUQUERQUE, 2007). Entre outras pesquisas no Amapá, temos as prospecções na Vila Vistoza de Madre de Deus de 1767 a 1800 no Rio Anauerapucu, o Forte Cumaú — que também foi pesquisado pela equipe do IEPA em 2012. Outros sítios históricos identificados na região foram a Vigia do Curiau, fundado por portugueses em 1761; o Forte do Rio Maracá, a Colônia Militar Pedro II no Rio Araguari; e a Base área no da 2ª Guerra Mundial no Amapá (ANDRADE, 2006).

Em Rondônia, as pesquisas em Arqueologia Histórica ocorreram principalmente em dois espaços: no forte do Príncipe da Beira e sobre o sítio urbano da Vila de Santo Antonio (GOMES, 2013). No Acre, na capital Rio Branco, algumas ações de Arqueologia Preventiva foram feitas. No Amazonas, pesquisas em Arqueologia Histórica também foram conduzidas no Mercado e na Catedral de Manaus. O Mercado de Manaus, criado em 1857, teve, durante as pesquisas de 2001, revelada uma escadaria em mármore de Liós, o seu sistema construtivo, os aterros para evitar enchentes e a mudança da fachada do rio para a cidade. Já a Catedral de Manaus teve, em suas pesquisas realizadas durante a reforma, também em 2001, observada sua estratigrafia murária, localização dos alicerces e estudo dos aterros construtivos, sanitários e residências do entorno (CORRÊA, 2007; CORRÊA & IRIBARREM, 2009).

Por fim, os últimos trabalhos a serem listados nesta breve retrospectiva da Arqueologia Histórica na Amazônia são, ao mesmo tempo, sobre o primeiro sítio arqueológico histórico a ser estudado na região, ou seja, a praça central de Manaus. Conhecida como Praça D. Pedro II, esse também foi o local de implantação do forte de São José do Rio Negro, em 1669, e do Largo do Pelourinho em 1832. Inicialmente pesquisado em 1961, o sítio Manaus, como ficou conhecido, apresentou cerâmica pré-colonial da fase Paredão em um contexto urbano. Pesquisado novamente em 2002, com o projeto ArqueoUrbs, no centro de Manaus, foram identificados cinco complexos arqueológicos; o local foi novamente trabalhado em 2003 no contexto de salvamento de quatro urnas funerárias (MARTINIANO & FILIPPINI, 2006; NEVES, 2009; LIMA & MORAES, 2010).

Este simples panorama das pesquisas arqueológico-históricas na região foi somente para podermos caracterizar os tipos de estudos que vêm sendo realizados em sítios históricos amazônicos nestas últimas três décadas. Para tanto, através de uma síntese dos trabalhos aqui apresentados, pretendemos expor alguns padrões seguidos pela Arqueologia Histórica na Amazônia. Esses padrões podem ser observados através dos gráficos que se seguem, e estão divididos por período, região, instituição, motivo e tema sobre os quais estas pesquisas foram realizadas.

Figura 1 - Quantidade de pesquisas arqueológicas em sítios históricos na Amazônia por período (Costa, 2017).

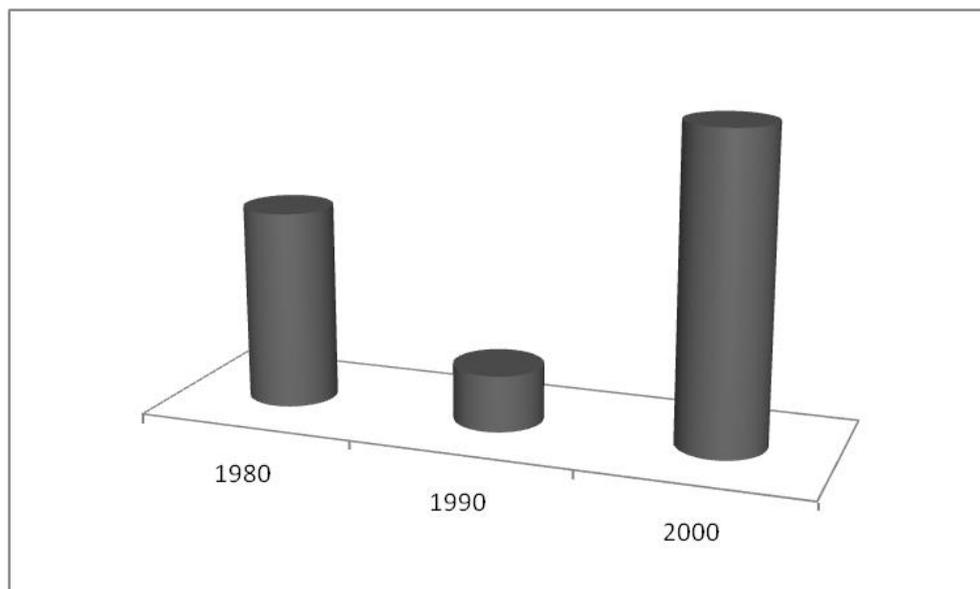


Figura 2 - Porcentagem de pesquisas arqueológicas em sítios históricos na Amazônia por região (Costa, 2017).

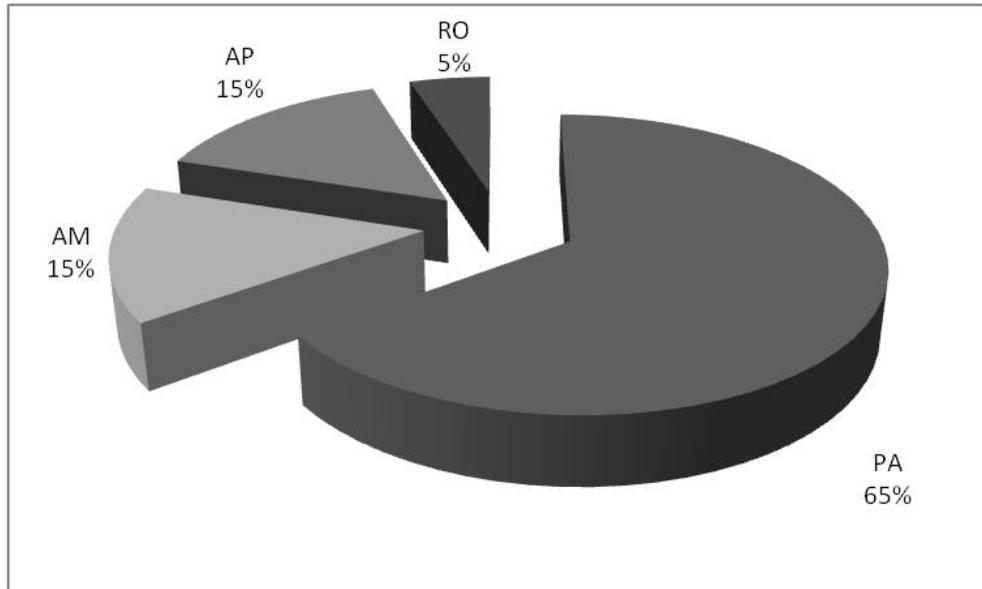


Figura 3 - Porcentagem de pesquisas arqueológicas em sítios históricos na Amazônia por instituição (Costa, 2017).

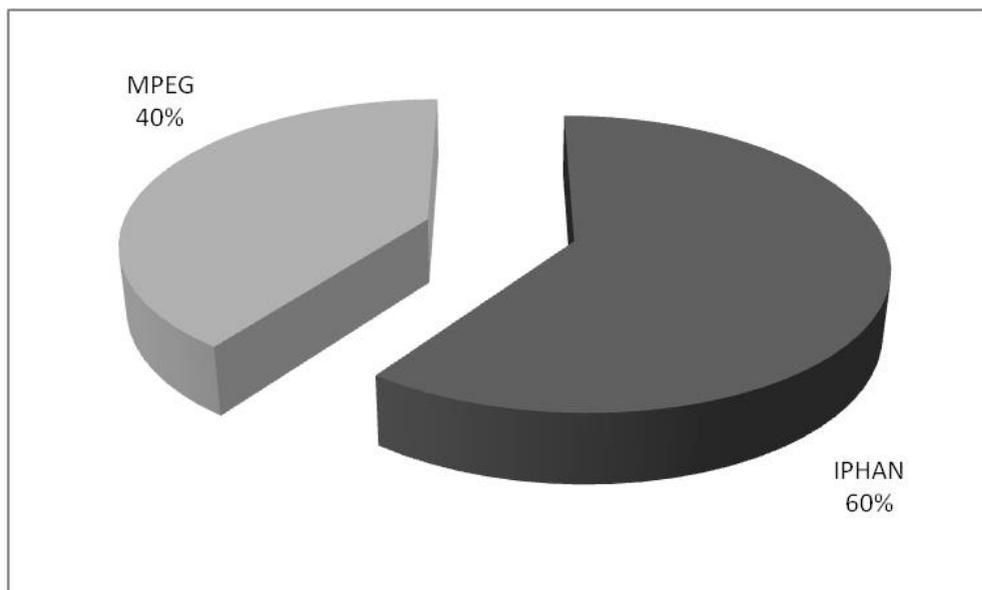


Figura 4 - Porcentagem de pesquisas arqueológicas em sítios históricos na Amazônia por motivo (Costa, 2017).

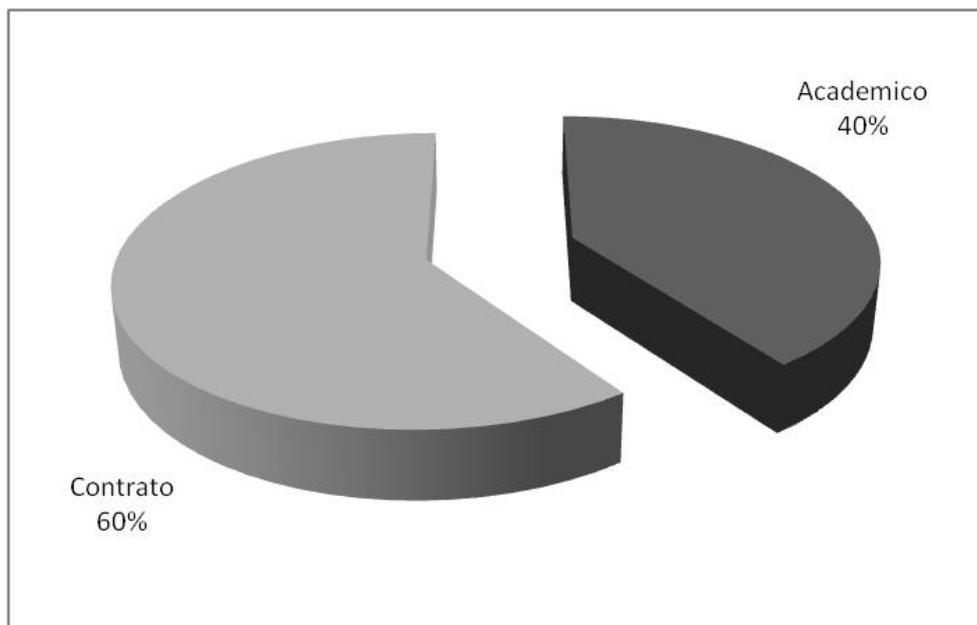
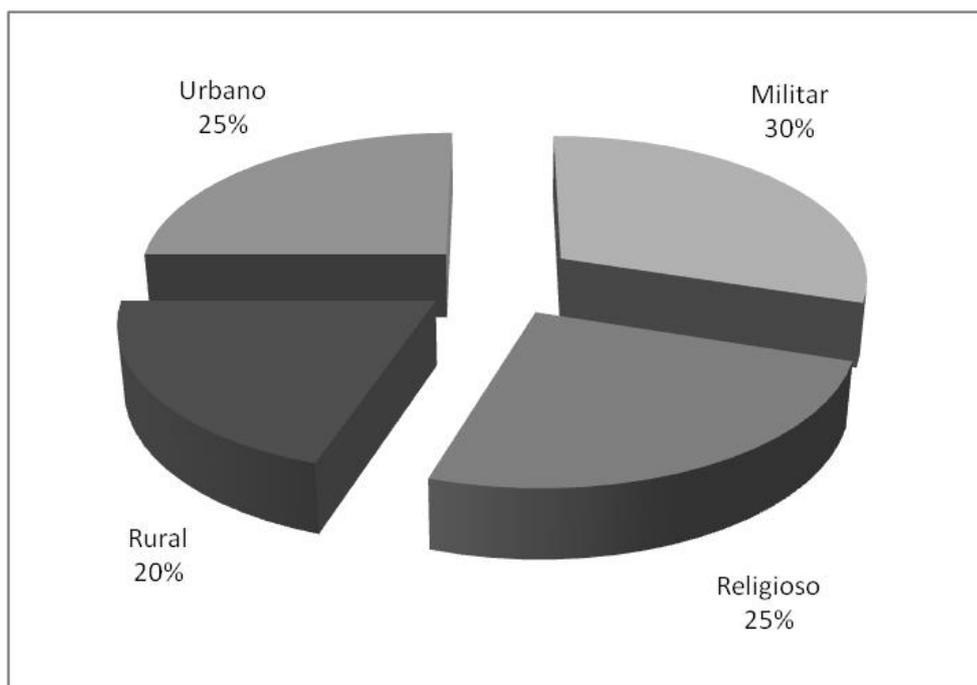


Figura 5 - Porcentagem de pesquisas arqueológicas em sítios históricos na Amazônia por tema (Costa, 2017).



Podemos identificar, a priori, que as pesquisas em Arqueologia Histórica na Amazônia começam efetivamente após a década de 1980, apresentando um leve declive na década de 1990, e depois sendo retomadas na década de 2000. Dentre as pesquisas apresentadas aqui, podemos também verificar que mais da metade ocorreram no estado do Pará, seguido pelo número de pesquisas equivalentes nos estados do Amazonas e Amapá e, em último, as pesquisas realizadas no estado de Rondônia. Outra realidade visível é que a totalidade dos estudos arqueológicos sobre sítios históricos na região amazônica foram realizados somente por duas instituições, sendo mais da metade pelo

próprio IPHAN e a outra porção pelo MPEG. Outro fator de destaque é a realidade da Arqueologia Preventiva nas pesquisas sobre sítios históricos, que, em sua totalidade, supera as pesquisas acadêmicas sobre a Arqueologia Histórica na região. Por fim, podemos observar que as temáticas de pesquisa também apresentam uma concentração sobre fortes militares, seguidos por missões religiosas, espaços urbanos e sítios históricos relacionados a espaços rurais.

Portanto, com a apresentação desses dados, podemos verificar que a Arqueologia Histórica na Amazônia tem crescido nos últimos anos, seja de forma localizada — como em mais num estado do que em outros —, ou mesmo sob a necessidade contemporânea de salvaguarda do patrimônio. Entretanto, essa caracterização também serve para definir que as problemáticas de pesquisa na região têm-se mantido as mesmas, com um forte apelo ao patrimônio do Estado caracterizado pelas suas temáticas investigadas, assim como uma orientação de tendência historicista, que vem a ser primeiro de cunho cronológico e depois tecnológico. Entretanto, devemos ter em mente que muitas dessas pesquisas na Amazônia surgiram mais por uma necessidade institucional a ser atendida do que necessariamente uma intenção de investigação em longo prazo. Por isso, os inúmeros esforços empreendidos para estudar esse patrimônio — estudos os quais poderiam estar completamente inacessíveis hoje — devem ser sempre colocados em contexto. Dessa forma, não se pretende aqui fazer nenhum tipo de julgamento de valor, mas sim apresentar, em perspectiva, uma síntese sobre o processo histórico de formação da Arqueologia Histórica na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS NA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA AMAZÔNIDA

Os exemplos aqui apresentados, mais do que servirem a uma reflexão sobre a condução das pesquisas em Arqueologia Histórica na Amazônia, também estabelecem referenciais imprescindíveis para novos estudos na região. Porém, devemos observar que a excessiva preocupação com o edificado é uma constante, assim como sua ligação direta com um tipo de história construída e mantida pela oficialidade dos patrimônios de expressão governamental. Esta que já foi chamada de uma arqueografia²³ “da pedra e cal” na Arqueologia Histórica é também uma forma de construção do passado que, ao privilegiar, mesmo involuntariamente o monumental, acaba por segmentar ou desconhecer outras formas de expressão ou modos de vida que não compõem a sociedade dominante de qualquer período histórico.

O texto aqui apresentado tem por intenção chamar a atenção para a outra parte dessa história, uma história que não está só nos relatos oficiais, mas presente também nos documentos esquecidos, na memória ignorada, nas ilustrações decorativas e principalmente na cultura material do cotidiano de pessoas comuns. Essa história que arqueologicamente pode ser escrita é a história dos segmentos periféricos ou marginais da sociedade, segmentos esses que, através de lutas de resistências ou estratégias de assimilação, ajudaram a formar a sociedade amazônica que hoje ocupa um espaço ecológico singular.

É necessária uma nova abordagem sobre os sítios arqueológico-históricos na Amazônia, ou seja, uma perspectiva a mais que leve em consideração outro segmentos formadores da sociedade amazônica. Para tanto, estas propostas aqui apresentadas visam alcançar esses objetivos, através de um estudo por uma perspectiva também antropológica dos sítios arqueológico-históricos na região Amazônica. Por isso, é

²³ Termo cunhado por Deetz (1989), aplicado por Lima (1993) e contextualizado por Funari (2005).

imprescindível — como bem atesta a falta de publicações sobre estas temáticas em Arqueologia Histórica na Amazônia²⁴ — examinar o acontecimento histórico e seus desdobramentos nas comunidades indígenas em decorrência do contato com os Europeus e, mais tarde, com os Africanos; pesquisar a formação e desenvolvimento das comunidades tradicionais e pouco representadas como caboclos, seringueiros, ribeirinhos, etc; e da mesma forma, investigar o passado e as transformações persistentes nas comunidades afrodescendentes e afro-brasileiras na região.

Dessa forma, desde 2013 vem sendo conduzido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGA/UFPA o Projeto Sítio-Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos. O sítio arqueológico Engenho do Murutucu é um conjunto de remanescentes materiais que propiciam um estudo em longo prazo de transformações ocorridas em toda a sociedade amazônica durante e após o período colonial. Durante seus mais de trezentos anos de ocupação, o Engenho do Murutucu foi palco de vivência dos mais diferentes grupos sociais, étnicos, de gênero e geração, como padres, senhores e senhoras de engenho, agregados, indígenas e africanos escravizados, personalidades históricas, militares e grupos revoltosos, entre outros. O projeto visa estabelecer, no local, um programa de investigação acadêmica em Arqueologia Histórica, onde, através da pesquisa de longa duração dos seus remanescentes materiais, seja possível o estudo dos espaços e vestígios da vivência dos diferentes coletivos que compunham o cotidiano do engenho. Para isso, estão sendo realizadas pesquisas arqueológicas históricas nos locais de moradia e trabalho relacionados a esses diferentes grupos, assim como o estudo dos remanescentes da cultura material relacionados direta ou indiretamente a esses segmentos.

As áreas até agora identificadas e selecionadas no sítio arqueológico Engenho do Murutucu para pesquisa foram: em 2014, a Senzala e a Lixeira do sítio; em 2015 a cozinha da Casa Grande e a parte interna da Fábrica de Açúcar e Aguardente; e, em 2016, a parte externa da Senzala e o final da Lixeira do sítio, além de uma delimitação da área total do sítio e externa às estruturas edificadas remanescentes através de prospecções em *transect*. Com esse trabalho, foi feita uma primeira classificação espacial e temporal dos vestígios arqueológicos presentes no sítio, os quais compõem uma coleção de dados coletados sobre a área em pesquisa para que, de forma descritiva, possa estabelecer, em um segundo momento, as direções de investigação a serem seguidas e melhores exploradas em campanhas posteriores com a intervenção em áreas selecionadas. As intervenções nas áreas identificadas e selecionadas do sítio arqueológico Engenho do Murutucu não foram extensivas e tiveram por prerrogativa a caracterização do pacote arqueológico e recuperação de informação sobre os artefatos e estruturas neles localizados. A recuperação dessas informações, através de escavações controladas, foi responsável pelo estabelecimento de correlações com os vestígios exumados e também com os dados externos inferentes ao sítio. Essa etapa foi realizada em campo através da exumação dos vestígios e estudo dos seus contextos, assim como a coleta do maior número possível de dados informativos ainda em campo. O resultado obtido com essa etapa de exploração arqueológica de certas áreas do sítio gerou um grande volume de dados que foram transportados ao laboratório para ser realizada uma etapa de análise e posterior interpretação.

²⁴ Em revisões bibliográficas sobre a Arqueologia Histórica, o termo Amazônia não aparece em nenhum momento no Brasil (LIMA, 1993; GASPAR, 2003; SYMANSKI, 2009), ou na América Latina (FUNARI, 1997; FUNARI, 2007).

A análise dos dados coletados em campo do sítio arqueológico Engenho do Murutucu foi realizada através da correlação entre similaridades e diferenças estabelecidas entre as propriedades dos vestígios coletados em campo e os atributos inferidos a esses vestígios através de dados externos ao campo, e obtidos em pesquisa de gabinete. Por sua vez, os dados analisados em laboratório derivaram em uma série de padrões estabelecidos por suas variáveis e constantes que levaram à interpretação através da compilação e divulgação destes resultados. Os resultados obtidos em laboratório sobre a análise dos dados coletados em campo foram fundamentais para o estabelecimento de certas interpretações na forma de um conjunto de novas informações sobre o referido sítio e de novas investigações a serem realizadas em campo. A compilação e divulgação dos resultados obtidos no sítio arqueológico Engenho do Murutucu foi transformada em uma série de trabalhos finalizados ou em fase de finalização tanto no meio acadêmico como não acadêmico. Esses trabalhos resultaram em artigos, relatórios técnicos, projetos de pesquisa, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, projetos de iniciação científica e projetos de extensão²⁵. Outro resultado obtido com a pesquisa foi também a formação de uma coleção acadêmica de dados materiais informativos sobre o modo de vida cotidiano de segmentos marginalizados na sociedade, que, por causa de sua expressão material, possuem uma presença que pode ser investigada por gerações posteriores.

Outro ponto importante desse projeto foi seu destaque para a prática da Arqueologia Histórica por alunos do PPGA/UFPA e demais instituições na região. As atividades práticas da Arqueologia Histórica, tanto em gabinete como em campo e laboratório, foram ações fundamentais para o treinamento e especialização de alunos nessa área na Amazônia. No caso do Murutucu, essas atividades foram associadas com a exploração em longo prazo do engenho e a instalação no local de um sítio-escola em Arqueologia Histórica, primeira etapa para um plano de gestão mais completo na área. Através das ações de investigação e valorização deste patrimônio arqueológico histórico da Amazônia, foi possível o aumento exponencial do conhecimento sobre a realidade material de segmentos sociais até então marginalizados e desconhecidos no contexto das pesquisas tradicionais. A realidade cotidiana de grupos desfavorecidos como escravos ou mesmo mulheres e crianças, em uma sociedade colonial e imperial na Amazônia, foram trazidas à luz através das pesquisas arqueológico-históricas ocorridas em gabinete, campo e laboratório. Isso sem falar da ampliação diacrônica e sincrônica sobre o contexto amazônico onde tais vivências podem ser incorporadas ao saber tradicional sobre os grupos constituintes da sociedade amazônica hoje. O estudo de

²⁵ Na pós-graduação, os resultados iniciais do projeto têm sido bastante promissores, como: a defesa, em 2015, da dissertação de mestrado intitulada "Arqueologia e Etnicidade na Amazônia Oriental: O caso do Engenho Murutucu em Belém do Pará" de Iberê Martins; a dissertação, em 2017, "Objetos sobre Vidro Lascado em Contexto de Senzala na Amazônia Oriental Brasileira: uma proposta metodológica de macro e microanálise", de Everaldo Junior; e os projetos de dissertação em execução "Pedras de Fogo: Lítico histórico em contexto de Engenho do século XVIII e XIX na cidade de Belém", de Cristiano de Jesus; "Arqueologia e etnicidade: o estudo de cachimbos cerâmicos na Amazônia colonial", de Lairisse Costa; "Penumbra: Arqueologia e o Esquecimento no Engenho do Murutucu" de Sabrina Santos; e "Da Cidade ao Campo: Um Estudo Comparativo Entre as Louças da Belém dos Séculos XVII ao XIX", de Amanda Pina. Na graduação, os exemplos também são muitos como: O TCC, defendido em 2014, intitulado "A Relação Interdisciplinar entre Museologia e Arqueologia: Uma Perspectiva de Preservação e Socialização Patrimonial do Sítio Histórico do Engenho Murutucu", de Luciana Azulai; em 2017, "A louça do Sítio Engenho do Murutucu: um olhar arqueológico sobre musealização e ressignificação de objetos" de Amanda Pina; "Um Sítio Arqueológico, Vários Museus: o caso do Engenho do Murutucu, Belém/PA", de Sabrina Santos; e o TCC, em andamento, "O consumo de bebidas alcoólicas no Engenho do Murutucu (Belém-PA)", de Débora Cavalcante. Assim como os projetos de PIBIC, em andamento, "Os Objetos de Metal do Sítio-Escola Engenho do Murutucu", de Stefanie Gaia; "A Cerâmica Construtiva do Sítio-Escola Engenho do Murutucu", de Fernando Cruz; "O Estudo da Cultura Material do Sítio-Escola Engenho do Murutucu", de Adriano Sousa; e "O Estudo dos Documentos Históricos do Engenho do Murutucu", de Caio Veiga.

caso do Engenho do Murutucu proporcionou um aumento significativo nesse conhecimento, entretanto nem tudo foi explorado e muito ainda precisa ser pesquisado.

Para tanto, além das pesquisas arqueológico-históricas recentes que vêm ocorrendo sobre a diáspora africana na Amazônia (COSTA, 2016a; COSTA, 2016b), foi formado também o *Grupo de Arqueologia Histórica Amazônica – GAHiA*, cadastrado no CNPq e certificado pela UFPA. Nesse grupo, através de um aporte diferenciado sobre o tema, pretende-se mais do que seguir uma ordem diacrônica dos fatos e acontecimentos; o que se busca é estabelecer uma leitura sincrônica e contemporânea dos fenômenos socioculturais que vêm sendo construídos ao longo do tempo na região amazônica. Por outro lado, não é intenção desse grupo de pesquisa ignorar ou desmerecer as demais pesquisas com enfoque arqueológico-histórico já realizadas na região, mas sim estabelecer uma abordagem diferenciada, onde o cotidiano de diversas sociedades seja também lido e explorado no contexto dos sítios arqueológico-históricos amazônicos.

Também é interesse desse grupo integrar-se aos projetos de pesquisa ou extensão já existentes ou em andamento. Partilhando de outros conhecimentos, o grupo pretende inserir-se em outras pesquisas da região, assim como propiciar a participação de diferentes áreas sobre essa temática. Outro ponto importante é oferecer subsídios para a criação de projetos aos alunos de graduação e pós-graduação, além de contribuir para a formação de pesquisadores e temáticas de pesquisa, esse sendo um ponto importante de continuidade e sustentação de todos os interesses propostos. O grupo pretende também compilar os resultados obtidos através de artigos científicos e publicações especializadas, sendo essa uma atividade imprescindível no enriquecimento bibliográfico sobre o assunto, além de popularizar o conhecimento produzido. O grupo pretende ainda divulgar os resultados obtidos através de ações de retorno nas comunidades pesquisadas, outro fator que também abre espaço para ações de extensão, além de um emergente engajamento social da pesquisa.

É dessa forma, portanto, entre sínteses e perspectivas de uma arqueologia histórica na região amazônica, que o enorme potencial do estudo da cultura material de um passado recente, porém ainda encoberto, faz-se presente por e para uma sociedade amazônica hoje.

AGRADECIMENTOS

Parte deste texto foi primeiramente apresentado no seminário de ingresso dos alunos do PPGA/UFPA, em março de 2013, e em outros eventos posteriores aos quais agradeço as contribuições que venho recebendo desde então, assim como aos comentários dos pareceristas e aos editores da Revista de Arqueologia da SAB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, M. 2007 Remanescentes materiais do Período Pombalino no Amapá. *ARC - Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação*, 1:313-319.
- ALBUQUERQUE, M. 2008 Arqueologia da Fortaleza São José de Macapá. *Revista da Cultura*, 8:40-46.
- ALBUQUERQUE, M. & LUCENA, V. 2010 Arqueologia Amazônica: o potencial arqueológico dos assentamentos e fortificações de diferentes bandeiras. In: PEREIRA, E & GUAPINDAIA, V. (Org), *Arqueologia Amazônica 2*. Belém, MPEG, IPHAN, SECULT, pp. 968-1019.
- ALUETE. 2017. Dicionário Digital. <<http://www.aulete.com.br/amazônida>> acesso em: Abril de 2017.
- AMORAS, F. C. & AMORAS, A. V. 2011 Presença européia na Amazônia. *Estação Científica (UNIFAP)*, 1:17-22.
- AMOROSO, M. R. 2001 Nimuendajú às voltas com a história. *Revista de Antropologia*, 44:173-186.

- ANDERSON, S. D. & MARQUES, F. L. T. 1992 Engenheiros movidos a maré no estuário do Amazonas: vestígios encontrados no município de Igarapé-Miri, Pará. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 8:295-301.
- ANDRADE, R. N. 2006. Defesa do Amazonas no Período Pombalino: uma visão arqueológica. In *Encontro Estadual de História UFRPE*. UFRPE, Recife. 1-12 pp.
- ÂNGELO, H. B. P. 2013. A Arqueologia Histórica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Revista de Arqueologia Pública*, 8:119-134.
- ARENZ, K. H. 2010. Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698). *Revista Estudos Amazônicos*, 1:25-78.
- AZEVEDO, R. E. D. 1892. *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- BARBOZA, R. I. & FERREIRA, E. J. G. 1998. Historiografia das Expedições Científicas e Exploratórias no Vale do Rio Branco. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. 193-216 pp.
- BARRETO, M. V. 1992. História da Pesquisa Arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 8:203-294.
- BARRETO, M. V. 2016. *Soldados, Comerciantes, Colonos e Índios: A Disputa Européia pela Foz do Amazonas (1616-1647)*. Belém, Estudos Amazônicos.
- BENTES, D. S. 2007. *Primeiras Imagens da Amazônia*. Manaus, Edições do Governo do Estado do Amazonas.
- BEZERRA, M. 2011 "As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 6:57-70.
- CALDARELLI, S. B. 2015. Arqueologia Preventiva: uma disciplina na confluência da arqueologia pública e da avaliação ambiental. *Habitus*, 13:5-30.
- CAMARGO, M. L. G. D. 2015. *O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), São Paulo, Universidade de São Paulo.
- CARDOSO, F. H. & MÜLLER, G. 2008. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais
- CARDOZO, A. 2008. Sacras Intrigas: Conflitos entre Ordens Religiosas no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII). *Revista Estudos Amazônicos*, III:11-38.
- CARVALHO, M. 1998-2016. Naufrágios do Brasil.
<<http://www.naufragiosdobrasil.com.br/2guerrabrasil.htm>> acesso em: Julho de 2016.
- CHAMBOULEYRON, R. 2003. Em Torno das Missões Jesuíticas na Amazônia (Século XVII). *Lusitania Sacra*, 15:163-209.
- CHAMBOULEYRON, R. 2006. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, 26:79-114.
- CHAMBOULEYRON, R. & BOMBARDI, F. A. 2011. Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). *Varia História*, 27:601-623.
- COELHO, M. C. 2014. *A Fundação de Belém*. Belém, Estudos Amazônicos.
- COELHO, R. G. & MARQUES, F. L. T. 2011. Processo de contato e primórdios da colonização na Bacia do Amazonas. In *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*, TEIXEIRA, A & BETTENCOURT, JA. Centro de História de Além-Mar. 277-284 pp.
- CORRÊA, M. V. D. M. 2007. Da capela carmelita à catedral metropolitana de Manaus (AM): uma arqueologia da arquitetura. *Fragments de Cultura*, 17:591-607.
- CORRÊA, M. V. D. M. & IRIBARREM, C. G. 2009. Mercado municipal Adolpho Lisboa- Manaus (AM) Arqueologia e Restauração. In *XI Cidade Revelada*. Itajaí. 1-20 pp.
- COSTA, D. F. D. & ARENZ, K. H. 2015. *Patrimônio e História: os Jesuítas na Amazônia*. Belém, Paka-Tatu.
- COSTA, D. M. 2010. Arqueologias Históricas: um panorama temporal e espacial. *Vestígios. Revista latino-americana de arqueologia histórica*, 4:7-40.

- COSTA, D. M. 2013. Algumas Abordagens Teóricas na Arqueologia Histórica Brasileira. *Ciência e Cultura*, 65:30-32.
- COSTA, D. M. 2016a. Archaeology of the African Slaves in the Amazon. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5:198-221.
- COSTA, D. M. 2016b. Arqueologia dos Africanos Escravos e Livres na Amazônia. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 10:69-91.
- COSTA, G. G. D. 2014. Fortificações na Amazônia. *Navigator*, 10:109-118.
- COSTA, G. G. D. & SUDÉRIO, M. D. O. 2009. Rede de Cidades Amazônicas: Belém, Santarém, Manaus e Rio Branco. In *III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica* Ouro Preto. 1-11 pp.
- COSTA, K. S. 2009. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. *Série Estudos e Ensaios / Ciências Sociais / FLACSO-Brasil*:1-25.
- CUNHA, O. R. D. 1989. Talento e Atitude: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi, I. In *Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira*. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém. 77-79 pp.
- DEETZ, J. 1989. Archaeography, Archaeology, or Archeology? *American Journal of Archaeology*, 93:429-435.
- DIAS, S.-C. G. 2010. Forte do Presépio - Espaço, Memória Educação e Tecnologia. In *VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações*. Universidade Federal de Santa Catarina. 1-9 pp.
- FARIAS, W. G. 2011. Militares e civis forjando o “Tenentismo” no Pará. In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo. 1-12 pp.
- FERREIRA, L. M. 2009. “Ordenar o Caos”: Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 4:71-91.
- FIGUEIREDO, N. 1974. Presença Africana na Amazônia. Universidade Federal do Pará. 145-160 pp.
- FILHO, A. A., JÚNIOR, J. A. & NETO, J. M. 2005. *Pontos da História da Amazônia*. Belém, Paka-Tatu.
- FILHO, E. P. N. 2014. A Base Aeronaval Norte-Americana do Amapá-Brasil Pós-Segunda Guerra Mundial. *Revista Portuguesa de História*, XLV:299-323.
- FONSECA, D. R. D. 2007. *Estudos de História da Amazônia*. Porto Velho, Maia.
- FUNARI, P. P. A. 1997. Archaeology, History, and Historical Archaeology in South America. *International Journal of Historical Archaeology*, 1:189-206.
- FUNARI, P. P. A. 2005. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *Mneme*, 6:1-5.
- FUNARI, P. P. A. 2007. A Report on Historical Archaeology Publications in Latin America. *International Journal of Historical Archaeology*, 11:183-191.
- GADELHA, R. M. A. F. 2002. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estudos Avançados*, 16:63-80.
- GASPAR, M. D. 2003. História da Construção da Arqueologia Histórica Brasileira. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 13:269-301.
- GOMES, R. N. D. C. 2013. *Arqueologia e Cultura Material - Uma História contada em cacos de vidros e louças da Vila de Santo Antônio (Porto Velho - RO)*. Mestrado, Belém, UFPA.
- GRUZINSKI, S. 2014. *A Amazônia e as origens da globalização (sécs. XVI-XVIII): Da história local à história global*. Belém, Estudos Amazônicos.
- GUZMÁN, D. D. A. & HULSMAN, L. A. H. C. 2016. *Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos*. Belém, IOE.
- HILBERT, K. 2009. Uma biografia de Peter Paul Hilbert: a história de quem partiu para ver a Amazônia. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 4:135-154.
- HULSMAN, L. 2011. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). *Revista Estudos Amazônicos*, VI:178-202.
- JÚNIOR, A. D. D. C. 2013. A ordem da missão e os jogos da ação: conflitos, estratégias e armadilhas na Amazônia do século XVII. *Revista Tempo*, 19:23-41.

- LIMA, H. P. & MORAES, B. 2010. Produção de Conhecimento e Preservação em Debate: Aspectos da Arqueologia na Cidade de Manaus. *Revista de Arqueologia*, 23:90-107.
- LIMA, T. A. 1993. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 1:225-262.
- LOPES, P. R. D. C. 1999a. *A Colonização Portuguesa da Ilha de Marajó: Espaço e Contexto Arqueológico- Histórico na Missão Religiosa de Joanes*. Mestrado, Porto Alegre, PUCRS.
- LOPES, P. R. D. C. 1999b. O contexto e o espaço da missão religiosa de Santo Antônio em Joanes, na ilha de Marajó - um estudo arqueológico. *Clio Série Arqueológica*: 67-74.
- LOPES, R. C. D. S. 2011. "Indigitado estrupício": Arqueologia e significados acerca do muro do Forte do Presépio (Belém-Pará). *Amazônica*, 3:370-390.
- LOPES, R. C. D. S. 2013. *O Melhor Sítio da Terra: Colégio e Igreja dos Jesuítas e a Paisagem da Belém do Grão-Pará*. Mestrado, Belém, UFPA.
- LUCENA, V. 1993. O Forte de Óbidos, uma unidade de defesa na conquista do Norte do Brasil: um projeto de pesquisa. *Revista de Arqueologia*, 8:303-319.
- MACHADO, J. S. 2009. Arqueologia e história nas construções de continuidade na Amazônia. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 4:57-70.
- MAGALHÃES, M. P. 2006. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 1:33-59.
- MARIN, R. E. A. 2004. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. In *I SITREAMA*. Belém. 1-25 pp.
- MARQUES, F. L. T. 1993. *Engenhos de Maré em Barcarena, Pará: Arqueologia de seus Sistemas Motrizes*. Mestrado, Porto Alegre, PUCRS.
- MARQUES, F. L. T. 2004. *Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX*. Doutorado, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MARQUES, F. L. T. & MALHEIRO, M. V. P. s/d. Arqueologia na área do Forte do Castelo: possibilidades de pesquisa. In *Resumos Expandidos*. 45-47 pp.
- MARTINIANO, J. N. & FILIPPINI, E. 2006. Praça D. Pedro II: Memórias de um patrimônio. *Revista Eletrônica Aboré*, S/N:1-10.
- MARTINS, Á. 2012. *Moedas para a Revolução do Povo: A solução Cabana para o Meio Circulante*. Belém, Imprensa Oficial do Estado.
- MATTOS, P. F. J. D. 2011. Visões do paraíso: as expedições de Francisco de Orelhana e Pedro Teixeira na Amazônia. *Navigator*, 7:104-116.
- MELLO, M. E. A. D. S. E. 2009. O Regimento das Missões: Poder e negociação na Amazônia portuguesa. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* 27:46-75.
- MONTEIRO, M. Y. 2010. *Escravidão Indígena: o trabalho escravo e legal na Amazônia*. Manaus, EDUA.
- MORAES, I. P. D. 2012. *Do tempo dos Pretos d'antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA)*. Mestrado, Belém, UFPA.
- MOTT, L. 2009. Travessuras de um frade sodomita no Convento das Mercês de Belém do Pará (1652-1658). *Revista Estudos Amazônicos*, IV:11-35.
- NEVES, E. G. 2000. O Velho e o Novo na Arqueologia Amazônica. *Revista USP*:86-111.
- NEVES, E. G. 2009. A Arqueologia nas Cidades Amazônicas Atuais e os Sítios Arqueológicos Pré-Coloniais. In *I Fórum Nacional do Patrimônio cultural*, SUTTI, W. IPHAN, Ouro Preto. 39-45 pp.
- OLIVEIRA, A. E. D. & FURTADO, L. G. 1995 As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia. *BIB*:103-109.
- OLIVEIRA, W. P. 2012. *Memórias de uma revolta esquecida: o Baixo-Amazonas na revolução constitucionalista de 1932*. Mestrado, Belém, UFPA.

- PEIXOTO, R. C. D. 2011. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 6:479-499.
- PEREIRA, E. 2009. O Museu Goeldi e a pesquisa arqueológica: um panorama dos últimos dezessete anos (1991-2008). *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 4:171-190.
- PEREIRA, E. & GUAPINDAIA, V. 2010. *Arqueologia Amazônica*. Belém, MPEG; IPHAN; SECULT.
- PORRO, A. 2011. Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 6:575-592.
- REZENDE, T. V. F. D. 2006. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição de fronteiras*. Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- RICCI, M. 2006. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Revista Tempo*, 22:5-30.
- ROSA, C. S. D. 2008. *Ilusão do Paraíso: História e Arqueologia na Amazônia (1948-1965)*. Mestrado, Belém, Universidade Federal do Pará.
- SANJAD, N. 2011. “Ciência de potes quebrados” Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista*, 19:133-163.
- SANJAD, N. & SILVA, J. B. P. D. 2009. Três contribuições de Emílio Goeldi (1859-1917) à arqueologia e etnologia amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 4:95-133.
- SCHAAN, D. P. 2006. A arqueologia na região de Santarém. Universidade Federal do Pará. 1-11 pp.
- SCHAAN, D. P. 2007. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 2:77-89.
- SCHAAN, D. P. & MARTINS, C. P. 2010. *Muito Além dos Campos: Arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. GKNORONHA Belém.
- SENA, C. 2008. Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia. *Cadernos de História da Ciência*, 4:89-108.
- SILVA, A. C. G. D. & SILVA, J. D. C. 2007. Seringueiros na Amazônia. In *II – Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações*. UFBA/Geografia, Salvador BA. 1-14 pp.
- SIMÕES, M. F. 1981. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). *Acta Amazônica*, 11:149-165.
- SOUZA, M. D. O. & ANDRADE, R. N. O. 2005. O povoamento do Norte do Brasil no Período Pombalino: o caso de Mazagão. *Portal do São Francisco - Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco*, 4:105-120.
- SYMANSKI, L. C. P. 2009. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos anos. In: MORALES, WF & MOI, FP.(Org), *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo, Annablume/Acervo, pp. 279-310.
- SYMANSKI, L. C. P. 2014. Arqueologia - Antropologia ou História? Origens e tendências de um debate epistemológico. *Tessituras*, 2:10-39.
- SYMANSKI, L. C. P. & GOMES, D. M. C. 2012. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). *Anais do Museu Paulista*, 20:53-90.
- TAVARES, M. G. D. C. 2008. A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. *Revista ACTA Geográfica*, II:59-83.
- TAVARES, M. G. D. C. 2011. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, 29:107-121.